TRIGO

Mais uma safra fracassada

As geadas de junho e julho prejudicaram a safra deste ano, estimando-se que, no Paraná, tenham atingido cerca de 30% dos trigais em fase delicada de desenvolvimento. As estimativas de perdas, porém, são ainda precárias, oscilando em torno de 18% da produção paranaense. Mesmo assim, o mercado interno não apresentou maiores variações de preços, pois os moinhos estavam bem abastecidos até o mês de agosto.

A triticultura ainda é uma das atividades mais importantes da agricultura do Sul do país, embora em anos recentes tenha encolhido substancialmente. Durante décadas, teve participação do Estado, o que levou o consumo do trigo até regiões em que o cereal não podia ser cultivado.

O Fundo de Desenvolvimento do Trigo, criado pela Fecotrigo em 1967 com recursos próprios, e o Centro Nacional de Pesquisa de Trigo, da Embrapa, de 1974, são os antecessores diretos do plano feito no governo Geisel visando à auto-suficiência brasileira na produção. A triticultura já vinha merecendo atenção governamental desde 1944 (instalação do Serviço de Expansão do Trigo) e do Banco do Brasil, que acabou por administrá-la, a partir de 1967.

Como resultado desse processo, iniciou-se — e não se soube como encerrá-lo — um subsídio ao consumo, que superou amplamente os recursos dedicados a subsidiar a produção. O plano mencionado foi, de fato, mais uma declaração de intenções, mas o esforço da Embrapa fez com que a lavoura se adaptasse melhor às condições do país e se expandisse. Finalmente, em 1987, obteve-se safra superior a 6 milhões de toneladas e a auto-suficiência parecia próxima (ver tabela). A partir de então, começou o encolhimento da extensão dos trigais e o país retornou à posição de um dos maiores importadores mundiais. Essa situação, é claro, agravou-se depois de 1991, quando começou a terminar o monopsônio exercido pelo Banco do Brasil. A abertura do mercado brasileiro levou então a importações da Argentina, escalonadas desde os protocolos de integração assinados pelos ex-presidentes Sarney e Alfonsín, e de produto subsidiado de diversas origens. Este último, aliás, é fonte de controvérsias com os fornecedores platinos, que curiosamente têm custo de produção naturalmente baixo, mas vendem ao Brasil por preços compatíveis com os do mercado mundial.

Brasil — produção de trigo — 1967-93

Anos	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento físico médio (kg/ha)
1967	830.869	629.301	757
1968	970.125	856.170	882
1969	1.407.115	1.373.691	976
1970	1.895.249	1.844.263	973
1971	2.268.926	2.011.334	886
1972	2.319.955	982.901	424
1973	1.839.391	2.031.338	1.104
1974	2.471.150	2.858.530	1.157
1975	2.931.508	1.788.180	610
1976	3.593.891	3.215.745	908
1977	3.153.333	2.066.039	655
1978	2.811.139	2.690.888	957
1979	3.830.544	2.926.764	764
1980	3.122.107	2.701.613	865
1981	1.920.142	2.209.631	1.151
1982	2.827.929	1.826.945	646
1983	1.879.078	2.236.700	1.190
1984	1.741.673	1.983.157	1.139
1985	2.676.725	4.320.267	1.614
1986	3.864.255	5.689.680	1.462
1987	3.445.897	6.034.586	1.746
1988	3.467.556	5.737.971	1.655
1989	3.281.416	5.552.841	1.692
1990	2.680.989	3.093.791	1.154
1991	2.049.461	2.916.823	1.423
1992	1.955.621	2.795.598	1.429
1993	1.491.430	2.201.343	1.476

Fonte: IBGE.

A safra de 1993, que está ajudando a abastecer o país este ano, foi fraca, estimada pelo IBGE em 2,2 milhões de toneladas, frente ao consumo previsto 6,5-7 milhões. Diante do mau resultado esperado, vinham sendo feitas pressões da área produtora, no sentido de que o governo federal interviesse de alguma forma, para apoiar o subsetor. Em outubro de 1993, redigiu-se o Programa de Recuperação da Triticultura Nacional, que ficou meses sem resposta. Apenas em fins de março deste ano, foi anun-

ciado um plano plurianual, cujo texto integral não foi divulgado, mas que procura encampar as reivindicações, elevando, por exemplo, a alíquota do imposto de importação de 10% para 17%, entre 15 de setembro e 31 de janeiro, e aplicando tributação compensatória igual ao subsídio detectado nas compras do exterior. Essa é uma questão especialmente sensível, pois as lideranças do meio rural apontam o equívoco de se ter aberto o mercado às importações, sem se ter avaliado o porte dos subsídios concedidos aos alimentos nos países desenvolvidos.

A partir de 1987, a extensão dos trigais começou a encolher e o país retornou à posição de um dos maiores importadores mundiais.

A classificação do produto também foi modificada, passando a contemplar quatro classes de qualidade (comum, intermediária, superior e melhorada). Cada classe se subdivide em três tipos (1, com peso hectolítrico 78; 2, com PH 75, e 3, com PH 72). O tipo 2, intermediário, teve o preço mínimo fixado em CR$90.620/t, em 1º de março de 1994, e a classe superior terá um ágio de 15%. O trigo de PH 70 e 71, inferior, teve seu preço fixado em 0,439490 Uref/kg. Os preços devem ser convertidos em Uref (Unidade de Referência Rural Agroindustrial) e corrigidos no primeiro dia de cada quinzena.

Essas medidas foram divulgadas tardiamente para a safra hoje no campo e não afetaram seu plantio. Espera-se que venham a surtir efeito apenas no ano que vem. Também para incentivar um período de novo desenvolvimento para a triticultura, a Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) procurou iniciar campanha de difusão de informações sobre o que vem ocorrendo com as importações do cereal, comprovadamente subsidiado no hemisfério norte, que afetam todo um grande complexo agroindustrial brasileiro, acirrando a controvérsia entre os triticultores locais e o parque moageiro. Registre-se que o grande mercado comprador brasileiro tem provocado disputas entre os vendedores, notadamente argentinos, canadenses e norte-americanos. Só no início de agosto, representantes dos EUA e do Canadá chegaram a acordo — considerado ainda insatisfatório — quanto a seus próprios problemas na comercialização do trigo. Definiram as exportações canadenses para seu vizinho do Sul — e associado no Nafta — sem modificarem, contudo, a situação do subsídio canadense, que era a reclamação norte-americana. No caso brasileiro, o cuidado com a imposição das tarifas compensatórias é considerado de extrema importância pelas lideranças do meio rural.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

CACAU

Déficit de produção — preços em elevação

Ao iniciar-se o ano de 1994, a cacauicultura brasileira e a internacional vislumbraram uma lenta, mas contínua, recuperação nos preços da commodity (ver gráfico).

O principal fator do aumento dos preços foi a projeção de junho da Organização Internacional do Cacau (OICC) para a próxima safra mundial — o terceiro ano consecutivo de déficit de produção, que deverá ficar em 102 mil toneladas.

Como destaque, apareceram a expectativa de aumento do consumo global baseado no crescimento das importações de cacau em amêndoas e derivados, principalmente o chocolate, por países da ex-URSS e a estatística de recuperação do processamento do cacau em amêndoas em grandes países como Holanda, Costa do Marfim, Federação Russa e Inglaterra. Para a safra 1993/94, as estimativas da OICC indicam uma redução de 12 mil toneladas em relação à estimativa anterior, caindo para 2,54 milhões de toneladas, mas ficando ainda acima da produção de

